



Observatório
SOCIAL DE FOZ DO IGUAÇU

**2º RELATÓRIO
QUADRIMESTRAL
DE 2017**
maio - agosto

Rede OSB pelo Brasil

O Observatório Social de Foz do Iguaçu nasceu por iniciativa da ACIFI via Conselho da Mulher Empresária em 15 de setembro de 2009.

Legalmente é considerada uma pessoa jurídica de direito privado, com fins não econômicos. Está certificado pela Rede de Observatórios Sociais do Brasil, atuando com metodologia padronizada e ações integradas. texto

A REDE MANTÉM CERCA 105 UNIDADES NO PAÍS, SENDO 35 NO ESTADO DO **PARANÁ.**



- Licitações
- Cargos em Comissão
- Convênios
- Obras
- Processos
- Estoques
- Câmara Municipal

1- Gestão Pública

2- Educação Fiscal

- Palestras
- Concurso de Redação
- Semana da Cidadania
- Feirão do Imposto
- Teatro / fantoches
- Parcerias institucionais

- Portais da Transparência
- Capacitação dos Conselhos
- Indicadores da Gestão Pública
- Relatórios Quadrimestrais

4- Transpa- rência

3- Ambiente de Negócios

- Capacitação das MPEs para que participem das licitações
- Divulgação das licitações
- Cadastro gratuito para empresas

DIRETORIA

CONSELHO ADMINISTRATIVO

Leonor Venson de Souza – Presidente

Giuliano Inzis – Vice Presidente para Assuntos Institucionais
e de Alianças

Mario Espedito – Vice Presidente para Assuntos de Produtos
e Metodologia

Monica Doerner – Vice Presidente para Assuntos de
Controle Social

CONSELHO FISCAL

Sergio De Oliveira

Oscar Canesso

SECRETARIA EXECUTIVA

Elena Losi - Coordenadora

Thyago Vieira Klippe - Auxiliar Administrativo

RESULTADOS ALCANÇADOS

Participação ao 1º Congresso do Pacto Pelo Brasil - 08 a 11 de maio de 2017

Participaram do evento o presidente Juliano e a coordenadora Elena



PARTECIPAÇÃO DO CONSELHO DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR - CAE

- Participação a todas as reuniões ordinarias e extra ordinaria do conselho
- visita em 17 escolas (região do Porto Meira)_



OUTRAS FORMAS DE ATUAÇÃO

PARTECIPAÇÃO DO COMISSÃO AMPLIADA CRIADA PELO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE PARA ANÁLISE DO CONTRATO DA EMPRESA CRISTALINK

- Participação à 6 reuniões para análise do contrato e do processo de inexigibilidade. no dia 29 de agosto foi entregue o relatório final onde foram elencadas 14 constatações. Entre eles:
 - Parecer do Procurador Geral do Município baseado no notório saber;
 - Falta documentação prevista no edital de credenciamento;
 - documentos relativos à Regularidade Fiscal
 - cadastro no CRM PR não concluído por falta de alvará de funcionamento
 - Não consta no processo de credenciamento anotações da carteira de trabalho e previdência social ou contrato particular de prestação de serviços com os profissionais
 - Apresentação de documentação vencida (O alvará sanitário apresentado trata-se de outra instituição (Pessoa Jurídica Sociedade Civil Nossa Senhora Aparecida) igualmente ao Alvará de Licença e Funcionamento, com ramo de atividade diverso do contratado e com validade vencida (validade de 17/05/2012 a 16/08/2012).

Comus debate contas do Hospital Municipal e suspensão de contrato milionário da Saúde

Reunião ordinária do órgão está marcada para a manhã desta quinta-feira com a presença de gestores da unidade e representantes do estado e do município

Bruno Soares
Reportagem

A reunião ordinária realizada semanalmente às quintas-feiras pelo Conselho Municipal de Saúde (Comus) de Foz do Iguaçu promete ser movimentada na manhã de hoje (14). A partir das 9h, conselheiros do órgão colocarão em pauta temas que têm agitado o cenário político-administrativo no âmbito municipal e até mesmo estadual.

Entre os assuntos a serem deliberados no encontro está o relacionado ao parecer final sobre o contrato 031/2017, celebrado entre a Prefeitura de Foz do Iguaçu e a empresa Cristalink Serviços Médicos, que trata da realização de cirurgias de catarata e atendimentos diversos na área de oftalmologia oferecidos no município no âmbito da 9ª Regional de Saúde. O relatório, que ainda carece de ser aprovado pelo conjunto de conselheiros, foi encaminhado na última semana ao Executivo sob a recomendação de que o serviço fosse imediatamente sus-



Foto: Roger Melles/Arquivo

Pauta de discussões de hoje do Comus promete movimentar o cenário político local

de, Ademir Ferreira. De acordo com o representante do estado, o documento só poderia sair do Comus após a realização da assembleia de hoje.

Ao jornal **Gazeta Diário**, Ademir adiantou que pretende apresentar nesta quinta-feira um relatório paralelo com o objetivo de apontar inconsistências técnicas e jurí-

meras as irregularidades. Na condição de fiscal do serviço executado em Foz com recursos do Governo do Estado, tenho o compromisso de zelar pela qualidade do que é feito. E não há nada de irregular no trabalho da empresa Cristalink Serviços Médicos", garantiu.

A posição foi minimizada por Sadi Buzanelo, pre-

recomenda a instalação de uma comissão para que sejam apuradas as responsabilidades dos agentes públicos responsáveis pelo contrato e ainda ocorra a revisão completa de todos os atuais contratos e convênios ligados à saúde no município de Foz do Iguaçu.

Fechada durante a interinidade de Inês Weizemann

Valores

O valor estimado das despesas foi fixado em R\$ 263.976,92 mensais, perfazendo o montante anual de R\$ 3.167.723,04, a ser pago de acordo com a produção mensal apresentada pela contratada, multiplicado pelo valor unitário até a quantidade máxima/mês. O

prazo para prestação de serviço é de 12 meses. Procurada pela secretária de Saúde, Inês Weizemann, não se manifestará sobre o assunto na segunda-feira (13). Um assessor de sua participação na reunião de hoje do Comus não representará a prefeitura, caso necessário.

Outro tema polêmico será a suspeita de irregularidade no processo de prestação de serviços do Hospital Municipal de Foz do Iguaçu. O prefeito determinou a criação de uma comissão para apurar o caso. Conforme visita de inspeção realizada mensalmente por um conselheiro do Comus, o relatório foi encaminhado anonimamente ao Executivo sob a recomendação de que o serviço fosse imediatamente sus-

Pedido de suspensão de contrato da Saúde será encaminhado ao MP

Colegiado do Comus aprovou relatório que recomenda imediata suspensão do serviço; prefeito determinou que Procuradoria-Geral do Município investigue o caso

Bruno Soares
Reportagem

O prefeito Chico Brasileiro (PSD) encaminhou ao Conselho Municipal de Saúde (Comus) de Foz do Iguaçu um ofício para comunicar que o contrato 031/2017 assinado com a Cristalink Serviços Médicos será alvo de análise técnica por parte da Procuradoria-Geral do Município (PGM). A iniciativa do chefe do Executivo foi lida na manhã de ontem (14) em reunião ordinária conduzida pelo presidente do conselho, Sadi Buzanelo.

De acordo com o informe do prefeito, o relatório emitido pela Comissão Especial Ampliada (CEA), encabeçada pelo Comus, será encaminhado à Secretaria Municipal de Saúde para que se manifeste — e, em seguida, caberá à PGM analisar as duas versões sobre o tema para, em seguida, tomar as medidas cabíveis ao processo. O parecer formalizado pela CEA recomenda ao município a imediata suspensão do contrato 031/2017, além da revisão de todos os contratos celebrados neste ano no âmbito da Secretaria Municipal de Saúde e ainda a formação de uma equipe com o objetivo de se apurar a responsabilidade dos



Plenária do Comus aprovou por unanimidade o relatório que pede a suspensão do contrato e o envio do documento para análise do MPF e MP-PR

Ao serem levadas a plenária na reunião de ontem, estas medidas terminaram aprovadas por unanimidade pelo colegiado que integra o órgão. Foi deliberado ainda o envio de toda a documentação resultante do relatório aos Ministérios Públicos do Paraná e Federal (MP-PR e MPF).

"Este conselho é autônomo e cumpre com seu papel legal de fiscalizar as ações dos gestores e prestadores de serviço na esfera do Sistema Único de Saúde. Não há o que se questionar sobre nosso trabalho,

foram levantadas, confirmadas, e as recomendações, realizadas. A partir disso, cabe aos órgãos competentes analisarem a situação de acordo com suas prerrogativas. O papel do Comus está sendo cumprido de forma efetiva", pontuou Sadi Buzanelo.

Por sua vez, a Secretaria de Saúde defende que não há necessidade de interrupção do contrato, tampouco a paralisação dos serviços que se encontram em andamento. A reportagem do jornal **Gazeta Diário** teve acesso ao documento elabora-

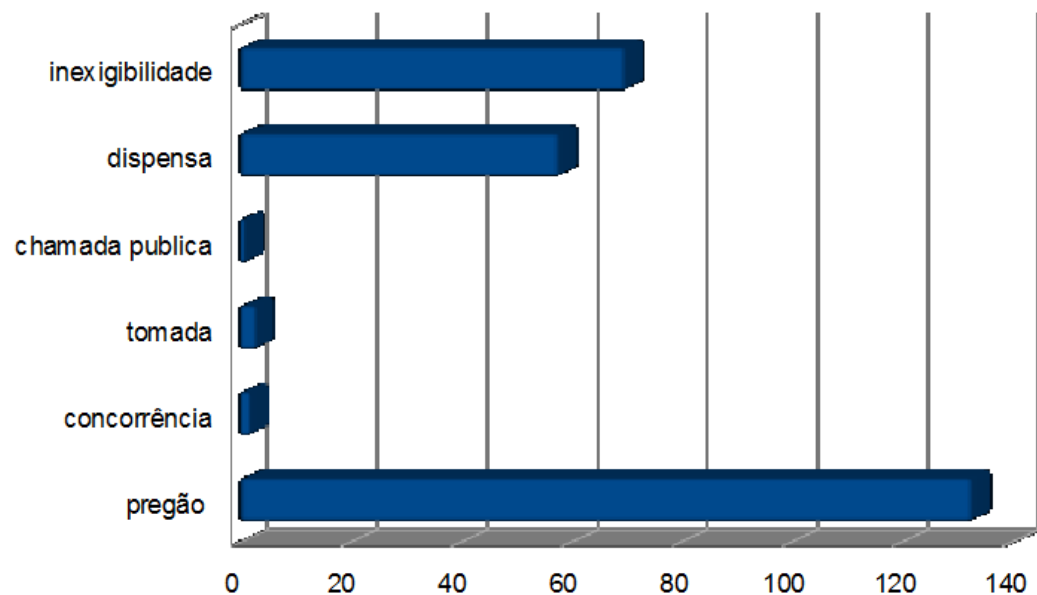
çadas pelo Comus. Ao final de 13 páginas, a Secretaria de Saúde sustenta que "não há irregularidades insanáveis que constituam ilegalidade no procedimento de credenciamento da empresa contratada".

No entanto, a pasta reconhece que "algumas irregularidades administrativas, somente na execução contratual como em previsões contratuais talvez equivocadas", tenham ocorrido e para que a situação seja sanada "serão tomadas providências para que o objeto contratual seja retificado e aditi-

O contrato

Fechada durante a interinidade de Inês Weizemann (PSD) na chefia do Executivo, a contratação da empresa Cristalink Serviços Médicos se deu por meio de processo de inexigibilidade de licitação. De acordo com informações do Portal da Transparência do município, o contrato teria como objeto a "prestação de serviços médicos e hospitalares e ambulatoriais de Média Complexidade de assistência em Diagnóstico em Oftalmologia, Tratamento Clínico do Aparelho da Visão, Tratamento Cirúrgico do Aparelho da Visão, em estabelecimento próprio da contratada, aos usuários do Sistema Único de Saúde, do Município de Foz do Iguaçu e dos Municípios que integram a 9ª Regional da Saúde".

O valor estimado das despesas foi fixado em R\$ 263.976,92 mensais, perfazendo o montante anual de R\$ 3.167.723,04, a ser pago de acordo com a produção mensal apresentada pela contratada, multiplicado pelo valor unitário até a quantidade máxima/mês. O

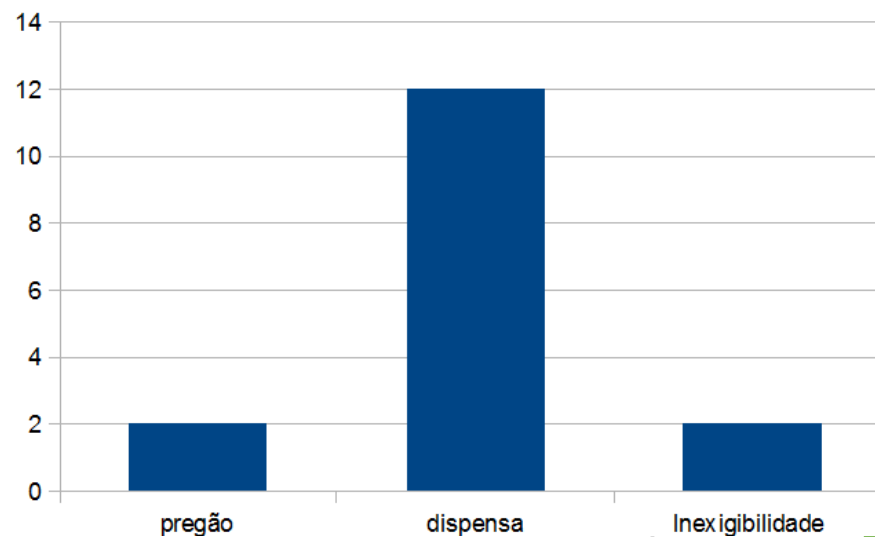


PREFEITURA

Pregão: 133
 Concorrência: 2
 Tomada de preço: 3
 Dispensa: 58
 Inexigibilidade: 70

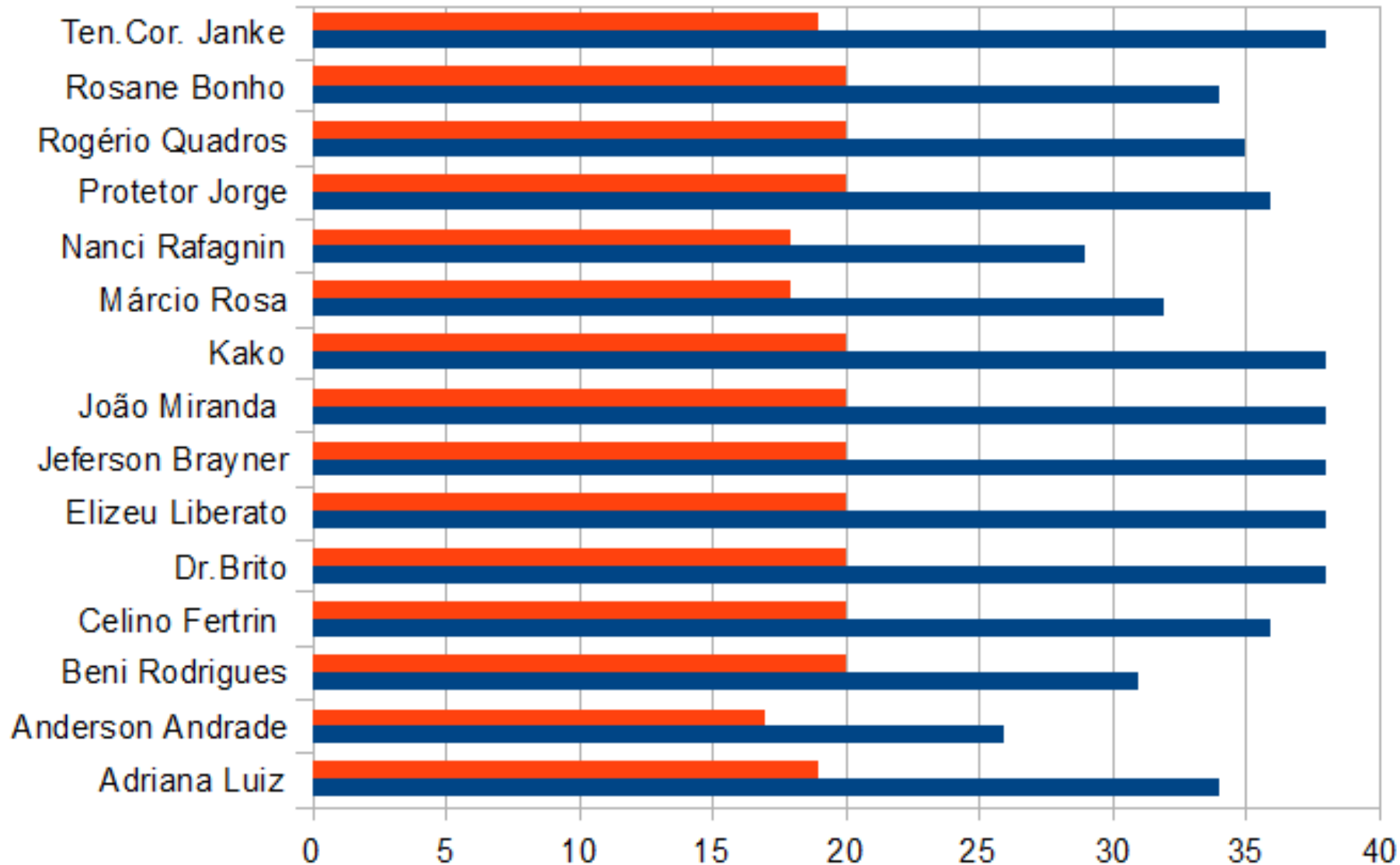
CÂMARA MUNICIPAL

Pregão: 2
 Dispensa: 12
 Inexigibilidade: 2



PRESENÇA VEREADORES

38 SESSÕES EXTRAORDINÁRIAS - 20 SESSÕES ORDINÁRIAS



■ extra
■ ordinária

*algumas faltas estão justificadas

OUTRAS ÁREAS DE ATUAÇÃO:

- ▶ Participação do Grupo Municipal de Educação Fiscal
- ▶ Participação da câmara técnica da Educação do Codefoz
- ▶ Participação do Comitê Gestor de Desenvolvimento Municipal (CGDM)

CRIAÇÃO DE GRUPOS DE VOLUNTÁRIOS, QUE ESTÃO DESENVOLVENDO TRABALHOS NAS SEGUINTEs ÁREAS:

- Diagnóstico da merenda escolar
- Monitoramento das sessões da Câmara Municipal
- Captação de recursos
- Monitoramento das entregas de produtos

Indenizações trabalhistas Câmara Municipal - 2016

- No ano de 2016 a Câmara pagou R\$ 1.136.248,01 de indenizações trabalhistas
- Em resposta a um pedido de explicação do Osfi, a Câmara afirmou que esse valor se refere à: *licença-prêmio dos servidores efetivos e às férias indenizadas em razão da rescisão dos contratos dos ocupantes de cargos comissionados.*
- O Osfi solicitou detalhamento destes pagamentos: segue alguns exemplos de indenização recebidas:
 - Consultor Téc. Legislativo VII Estatutário R\$ 136.032,94 Maio de 2016
 - Economista VII Estatutário R\$ 259.998,42 Outubro de 2016
 - Analista Legislativo VII Estatutário R\$ 166.187,68 Maio de 2016

Resultados Contábeis

	Receita	Despesa
Maio	R\$ 7.340,00	R\$ 8.325,00
Junho	R\$ 9.276,00	R\$ 5.899,00
Julho	R\$ 22.040,00	R\$ 7.585,00
Agosto	R\$ 6.440,00	R\$ 7.478,00
Total	R\$ 45.096,00	R\$ 29.287,00

SUPERAVIT R\$ 15.809,00



Observatório

SOCIAL DE FOZ DO IGUAÇU

OBRIGADO!